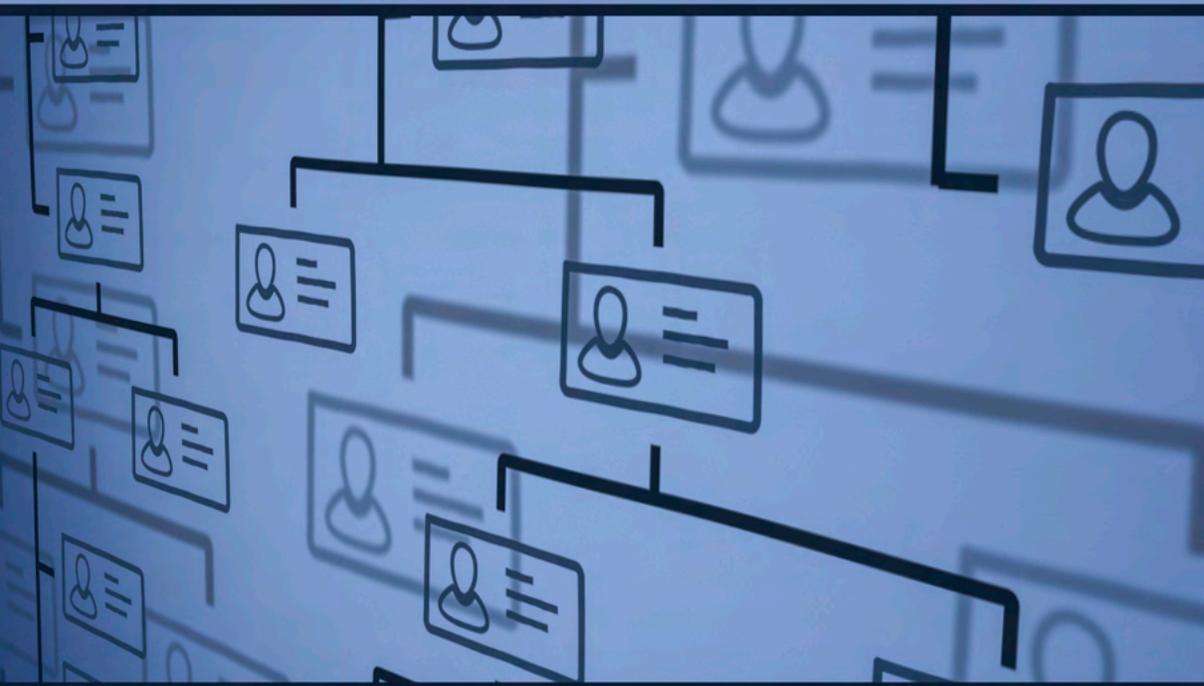


Nikolas Corrent
(Organizador)



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional 2

Atena
Editora
Ano 2022

Nikolas Corrent
(Organizador)



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional 2

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Nikolas Corrent

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: Estado, organizações e desenvolvimento regional 2 / Organizador Nikolas Corrent. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0645-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.457220410>

1. Ciências sociais. 2. Estado. 3. Desenvolvimento regional. I. Corrent, Nikolas (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coleção “Ciências sociais aplicadas: Estado, organizações e desenvolvimento regional” é uma obra que apresenta como foco principal a discussão científica por intermédio de trabalhos diversos que compõe seus capítulos. Trata-se de um trabalho que acrescenta diferentes perspectivas, corroborada na pluralidade de áreas representadas por seus autores.

O volume abordará de forma interdisciplinar, diversos trabalhos, pesquisas e práticas que permeiam as Ciências Sociais Aplicadas, a qual traz de forma intrínseca a conexão entre diferentes áreas de conhecimento, porém todas tendo uma finalidade em comum: colaborar significativamente para a melhoria da sociedade.

O objetivo central foi proporcionar de forma categorizada e clara reflexões desenvolvidas em instituições de ensino e pesquisa do país, os quais contemplam as mais distintas ciências. Em todos esses trabalhos a linha condutora foi analisar problemas e propor soluções, visto que isso faz parte dos estudos das Ciências Sociais Aplicadas.

Temas diversos e interessantes são, deste modo, discutidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres e todos aqueles que de alguma forma se interessam pelas questões sociais, pois entender os seres humanos e seus dilemas não é só função das ciências humanas. Acrescentando um pouco de aspectos práticos, chegamos às Ciências Sociais Aplicadas, compostas por profissionais que trabalham para organizar e transformar a sociedade.

Desse modo, a obra “Ciências sociais aplicadas: Estado, organizações e desenvolvimento regional” apresenta temáticas de valiosa contribuição acadêmica, além de buscar desvelar as nuances acerca das problemáticas sociais, culturais, políticas e econômicas. Além disso, a obra apresenta capítulos que abordam a necessidade de conexões disciplinares, ou seja, requerem um diálogo constante com outros conhecimentos, para a boa compreensão dos seus métodos – algo característico no interior das Sociais Aplicadas. Apesar de terem conteúdos e objetivos bem distintos, todos os capítulos têm um ponto em comum: questionam as consequências da vida em sociedade.

Sabemos o quão importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos também a estrutura da Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes/as pesquisadores/as exporem e divulguem seus resultados.

Boa leitura!

Nikolas Corrent

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TRABALHO COM SENTIDO E CONTEXTO LABORAL DE ASSISTENTES SOCIAIS BRASILEIROS(AS)	
Lilia Aparecida Kanan Juciane Aparecida Godoi Figueiredo da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4572204101	
CAPÍTULO 2	18
A GOVERNANÇA E A GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO NO ESTADO DO PARÁ	
Alessandra Mendes Monteiro Leila Márcia Sousa de Lima Elias	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4572204102	
CAPÍTULO 3	40
A INSUSTENTABILIDADE DA TEORIA DA PREVENÇÃO ESPECIAL POSITIVA DIANTE DA FILOSOFIA DE JEAN-PAUL SARTRE	
Marina Della Méa Vieira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4572204103	
CAPÍTULO 4	53
A DINÂMICA DA MODERNIDADE E DA PÓS-MODERNIDADE NO MUNDO GLOBALIZADO	
Banjaqui Nhaga Laís Ingrid da Silva Jardim	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4572204104	
CAPÍTULO 5	64
APONTAMENTOS RELEVANTES PARA O ALCANCE DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE MATERIAIS, OBRAS E SERVIÇOS NA GESTÃO PÚBLICA	
Ketleen Camargo da Silva Tainá de Paula Cordeiro Bomfim Rosaly Machado Franciele Machado de Souza Eliane Iara Bendix	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4572204105	
CAPÍTULO 6	87
AS RELAÇÕES TRABALHISTAS DIANTE DO DILEMA VIDA VS ECONOMIA DURANTE A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS	
Samuel Soares de Souza Santos Geovana Viana de Oliveira Joaquim dos Santos Ferreira Lidiane Garcia Bressan	

Vanessa Alvarado de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4572204106>

CAPÍTULO 7..... 93

CAPITALISMO E DESARTICULAÇÃO PSICOSSOCIAL: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE

Everton Marcos Batistela

Airton Carlos Batistela

Celso Eduardo Pereira Ramos

Manoel Adir Kischener

Mariza Rotta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4572204107>

CAPÍTULO 8..... 100

LOS RANKINGS DE UNIVERSIDADES: UNA PERSPECTIVA BIBLIOTECOLÓGICA

Denise Marín Castellanos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4572204108>

CAPÍTULO 9..... 111

EMPLEABILIDAD, COMPETENCIAS PSICOSOCIALES Y DE GESTIÓN: UN ANÁLISIS COMPARATIVO EN TRES POBLACIONES DE UNIVERSITARIOS

Miriam Aparicio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4572204109>

CAPÍTULO 10..... 130

A INSTALAÇÃO DE UM CAMPUS UNIVERSITÁRIO COMO POTENCIALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU/PR

Juliana Bento de Camargo

Bruno Renan Borgato

Janete Stoffel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45722041010>

CAPÍTULO 11..... 146

UM OLHAR SOBRE A TRADIÇÃO E CULTURA DA PRODUÇÃO FAMILIAR DE FARINHA DE TAPIOCA DA VILA DE AMERICANO - SANTA IZABEL DO PARÁ

Jamison Pinheiro Ribeiro

Marluce Reis Souza Santa Brígida

Leandra Rose da Silva Palheta

Andréa Cristina Dorr

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45722041011>

CAPÍTULO 12..... 158

MUITO ALÉM DAS CASTANHOLAS: TRABALHO FORMAÇÃO, E OCUPAÇÃO DAS MULHERES ESPANHOLAS

Debora Aparecida Almeida

Dimas de Oliveira Estevam

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45722041012>

CAPÍTULO 13..... 176

ACREDITACIÓN DE LA CONCERTACIÓN DEL DELITO DE COLUSIÓN E INCIDENCIA EN LA IMPUTACIÓN JURÍDICA DE INFORMES DE CONTROL POSTERIOR, AREQUIPA

Elaine Yuliana Arce Coaquira
Ronald Raul Arce Coaquira
Solime Olga Carrión Fredes
Gerardo Hugo Flores Mestas
Eliana Lisbeth Arce Coaquira
Genciana Serruto Medina
Nakaday Irazema Vargas Torres
Marilia Ysabel Arteta Olvea

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45722041013>

CAPÍTULO 14..... 191

CRIATIVIDADE E O DESIGNER INDUSTRIAL... UMA HABILIDADE ESSENCIAL

Alexis Iván Soto Ruiz
Raymundo Ocaña Delgado
Argelia Monserrat Rodríguez Leonel
Omar Eduardo Sánchez Estrada

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45722041014>

CAPÍTULO 15..... 201

ENTRETENIMENTO E BOM-SENSE: A FUGACIDADE DOS COMPARTILHAMENTOS NAS MÍDIAS DIGITAIS, AO QUAL FUNDAMENTAM OS TRAÇOS DA FACILIDADE, AGILIDADE E DO PODER DOS IMPULSOS CIBERNÉTICOS

Fernanda Gabriella de Lima Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45722041015>

CAPÍTULO 16..... 205

EL TURISMO EDUCATIVO UNA FORMA DE PROFESIONALIZACIÓN EN EL SECTOR

Nancy Testón Franco
Ernesto R. Ahumada López
Carolina González Espinoza
Noemí Vega Lugo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45722041016>

CAPÍTULO 17..... 216

TURISMO, PONTA DO CORUMBAU, PROGRESSO E SUSTENTABILIDADE: UMA PESQUISA DE FENÔMENO SITUADO

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45722041017>

CAPÍTULO 18..... 231

ESPAÇOS VERDES E PANDEMIA: CONSIDERAÇÕES À LUZ DA PSICOLOGIA AMBIENTAL

Imara Angélica Macêdo Duarte

Plínio Renan Gonçalves da Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45722041018>

CAPÍTULO 19.....243

OS PROPÓSITOS DAS IDEIAS REFORMISTAS COMO SOLUÇÃO DE CRISES NO BRASIL: UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE RECENTE DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Maria Gracinda Carvalho Teixeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45722041019>

CAPÍTULO 20.....260

PARADIGMA DO EQUILÍBRIO *VERSUS* PARADIGMA DO CONFLITO: UM OLHAR DA ANÁLISE ESPACIAL INTRAURBANA PARA BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Marcos Ricardo dos Santos

Isabela Oliveira Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45722041020>

SOBRE O ORGANIZADOR.....273

ÍNDICE REMISSIVO.....274

CAPÍTULO 2

A GOVERNANÇA E A GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO NO ESTADO DO PARÁ

Data de aceite: 03/10/2022

Alessandra Mendes Monteiro

Especialista em Gestão de Pessoas pelo Centro Universitário do Pará (Cesupa) e especialista em Gestão Pública pela Facci Devry. Graduada em Administração pela Faculdade Ideal

Leila Márcia Sousa de Lima Elias

Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA). Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Pará (PPGPP-UFPA); pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Governança, Organizações, Políticas Públicas e Contabilidade na Amazônia da UFPA (GOPPCA-UFPA) e do Núcleo de Estudos em Contabilidade e Meio Ambiente da Universidade de São paulo (NECMA-USP)

RESUMO: O artigo visa estudar a legislação nacional e estadual sobre gestão patrimonial e observar *in loco* como elas são aplicadas na Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa): <https://www.fapespa.pa.gov.br/sobre-nos,órgão> da administração indireta do estado do Pará. Entre os métodos utilizados, estão: (a) levantamento bibliográfico e legislativo sobre o tema; (b) identificar as normas para a gestão patrimonial do Pará; (c) relacionar as normas estaduais com as diretrizes nacionais sobre gestão patrimonial; e, por fim, (de) verificar se a Fapespa atende às novas normas de gestão patrimonial. Para a realização deste estudo,

além do exame das legislações vigentes e do material bibliográfico, também foi relevante a vivência prática de três de trabalho do setor de patrimônio da Fapespa. Espera-se que esse artigo permita apresentar criticamente a gestão patrimonial e como ela poderá se desenvolver de forma mais eficiente, contribuindo, assim, para a governança das entidades públicas e o desenvolvimento organizacional da Fapespa. Resultados: 1. No ano de 2012 o Estado do Pará busca a adequação e modernização da estrutura organizacional cultural e de informática existente na administração pública estadual para aplicação das novas normas sobre gestão patrimonial. 2. No ano de 2012 por meio do decreto nº 345/2012 a nova coordenação da Secretaria Especial de Gestão Governamental-GTGOV/PA fica responsável pela aplicação da gestão patrimonial no Estado do Pará. 3. Novos sistemas são lançados: Simas (Sistema de Material e Serviço); Sispat-Web ou Sispat Imóveis. Como conclusão, o artigo propõe sugestões para: (1) melhorar o processo de governança entre os órgãos SEAD, PRODEPA e setor de contabilidade do Pará, bem como aos demais órgãos públicos do estado, visando o planejamento eficiente das mudanças necessárias. e órgãos do Estado para planejar mudanças de forma mais eficiente; (2) implementar o funcionamento integrado e holístico dos softwares de gestão patrimonial Sispat-Web, Sispat Imóveis e Simas, que devem atender às necessidades específicas da Fapespa; (3) solucionar a falta de backup do sistema patrimonial, bem como sua implementação em todo o estado; (4) treinar os agentes responsáveis do órgão para operar o sistema; (5) superar a

falta de política institucional e patrimonial dos servidores públicos do estado.

PALAVRAS-CHAVE: Governança – Patrimônio público – Gestão patrimonial – Pará (estado).

GOVERNANCE AND PUBLIC HERITAGE MANAGEMENT: A CASE STUDY IN THE STATE OF PARÁ

ABSTRACT: Objective: To study the national and state legislation on property management and to observe on the spot how it has been applied through a practical application in the indirect administration body: FAPESPA (Amazônia Foundation for the Support of Study and Research). Methods: a) To raise the bibliography and the legislation on the researched subject; b) Identify the rules for asset management in the state of Pará; c) Relate state norms with national guidelines on wealth management; d) Verify that the indirect management body complies with the new rules for asset management. In order to carry out this study, the current legislation on the subject was analyzed, as well as the bibliographic material and the experience acquired in practice during three years in the exercise of the patrimony sector of the Amazonas Paraense Foundation for Research and Research - FAPESPA. This analysis will make it possible to draw a critical profile of asset management and how it can develop in a more efficient manner contributing to the governance of public entities and the organizational development of the Foundation. Results: 1. In 2012, the State of Pará sought the adequacy and modernization of the cultural and informatics organizational structure existing in the state public administration to apply the new norms on patrimonial management. 2. In 2012, through decree No. 345/2012, the new coordination of the Special Secretariat of Governmental Management-GTGOV / PA is responsible for the application of asset management in the State of Pará. 3. New systems are launched: Simas (Material and Service System); Sispat-web or Sispat real estate. Conclusion: 1. Improve the governance process between the agencies: Sead, Prodepa and the state accounting sector and state agencies to plan change more efficiently. 2. Asset management software (Sispat-web, Sispat Real Estate and Simas) must meet the specific needs of FAPESPA, and function in an integrated manner for holistic management, 3. The lack of backup of the system for storing information and the fact that it is not yet implemented throughout the state of Pará undermines the sound asset management of the State of Pará. 4. The lack of training of the agency's responsible agents to deal with the system. 5. Lack of an institutional patrimonial policy instituted and charged to its public servants.

KEYWORDS: Public Management – Governance – Public Heritage – Asset Management – State of Pará.

1 | INTRODUÇÃO

É notável, no Brasil, o aperfeiçoamento do setor público e de seus instrumentos de gestão. Esse processo teve com ponto de partida a Lei nº 4.320, de 1964. Sua consolidação no país se deu por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 04/05/2000, e da publicação, pelo Conselho Federal de Contabilidade, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), em 2008.

Esse ciclo de aperfeiçoamento resultou em medidas essenciais para garantir ao setor público brasileiro a transparência das contas públicas, assim como a adoção de boas práticas oriundas de instituições internacionais, como a adoção de metodologia de cálculo dos resultados primários e nominais para garantir a sustentabilidade da política fiscal do país; o Plano de Contas Único Federal; e o controle do patrimônio público. Em síntese, essas medidas permitiram um reordenamento contábil de todas as unidades federativas brasileiras (FEIJÓ, 2013, p. 28-32).

De acordo com a NBCASP, o objeto de estudo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o patrimônio público. Seu principal objetivo é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados, além dos aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio público. Ademais, as NBCASP também servem de apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Este estudo visa analisar a gestão patrimonial do estado do Pará, averiguando se ela está adequada às novas normas contábeis aplicadas ao setor público na gestão patrimonial. Trata-se de um estudo de caso que tem por objeto a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa). Busca-se fomentar uma análise crítica do órgão e sobre como é feita a gestão do patrimônio. Assim, espera-se fornecer um estudo técnico que possa contribuir para a gestão mais eficiente do patrimônio da Fapespa, além de fortalecer seu desenvolvimento organizacional.

A pesquisa foi feita por meio de estudo bibliográfico e documental, com caráter exploratório, visando a aferição das hipóteses em questionamento: (vide em métodos). Em relação aos procedimentos documentais, utilizou-se da consulta aos programas desenvolvidos pela Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Pará (PRODEPA), o Sispat móvel e imóveis, e manuais sobre gestão patrimonial de bens móveis e imóveis do Pará. Por meio desse acervo documental, será feito o cruzamento de informações capazes de constatar o cumprimento da legislação nacional sobre as novas normas contábeis no estado. Segundo Leite (2008, p. 65), a pesquisa exploratória propõe o estudo de problemas novos a serem averiguados. Ademais, tem como objetivo propor novas ideias, construir hipóteses. Por fim, afirma Leite, ela tem estrutura bastante flexível.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Os estudos sobre a gestão patrimonial no setor público são baseados no tripé: *Manual de contabilidade aplicada ao setor público* (MCASP); *Normas aplicadas ao setor público* (NBCASP); e as *Normas internacionais de contabilidade para o setor público* (IPSAS). Esses manuais e normas oferecem os elementos cruciais para a boa governança.

2.1 Governança no setor público

A expressão “governance” surge a partir de reflexões conduzidas, em especial, pelo Banco Mundial, “tendo em vista aprofundar o conhecimento das condições que garantem um Estado eficiente” (DINIZ, 1995, p. 400). Ainda segundo Diniz (p. 400), “tal preocupação deslocou o foco da atenção das implicações estritamente econômicas da ação estatal para uma visão mais abrangente, envolvendo as dimensões sociais e políticas da gestão pública”.

Trata-se de um conjunto de princípios e práticas para regulamentar a relação entre acionistas, gestores e outros interessados, com a finalidade de aumentar o valor para a sociedade, facilitar o seu acesso ao capital e aprimorar o desempenho da organização (ALMEIDA, 2008).

De acordo com Stocker (1995): “Governança como Estado mínimo: baseado na necessidade de redução dos déficits públicos, esse uso da governança refere-se a uma nova forma de intervenção pública e ao papel dos mercados na produção dos serviços”.

O sistema de governança reflete a maneira como diversos atores se organizam, interagem e procedem para obter uma boa governança. Envolve, portanto, as estruturas administrativas (instâncias), os processos de trabalho, os instrumentos (ferramentas, documentos etc.), o fluxo de informações e o comportamento de pessoas envolvidas direta e/ou indiretamente na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização.

O Comitê do Setor Público, ou Public Sector Committee (PSC), é uma comissão da Federação Internacional de Contadores, ou Council of the International Federation of Accountants (IFAC), instituída para desenvolver e rever normas, orientações e estudos sobre governança no setor público, orientando os gestores e a sociedade sobre os princípios e as práticas de boa governança.

A IFAC é uma organização internacional fundada em 1977 e que tem por objetivo servir ao interesse público, além de fortalecer a profissão contábil, aderindo a padrões de elevada qualidade profissional. Ela é responsável pela emissão das normas de padrão internacional de contabilidade para o setor público, o International Public Sector Accounting Standards (IPSAS). O Estudo 13, do PSC-IFAC, está voltado para as práticas de governança na gestão pública relacionadas à responsabilidade do grupo governante e da instituição controladora competente no acompanhamento do setor público.

O Estudo 13 reflete os princípios fundamentais sobre governança corporativa elencados no Cadbury Report de 1992, porém, adaptados ao setor público e com base no Nolan Report, publicado em 1995 pelo Comitê de Padrões na Vida Pública, órgão público não departamental e consultivo do governo do Reino Unido.

PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA NO CONTEXTO DO SETOR PÚBLICO	
Transparência	É necessária para garantir que <i>stakeholders</i> possam ter confiança nas ações e nos processos de tomada de decisão, na gestão das atividades das entidades do setor público, sendo pública através de consulta e da comunicação com os <i>stakeholders</i> , devendo ser precisa e clara, levando a ação efetiva, pontual e tolerável ao exame necessário.
Integridade	Compreende tanto as operações simples como as complexas. Ela é baseada na honestidade, objetividade, normas de propriedade, proibidade na gestão dos fundos e recursos públicos e na gestão dos negócios da entidade. É dependente da efetividade no sistema de controle, nos padrões pessoais e profissionalismo dos indivíduos da entidade. É refletida tanto na tomada de decisão da entidade como na qualidade dos relatórios financeiros e de desempenho da entidade.
<i>Accountability</i>	É o processo pelo qual as entidades do setor público e seus indivíduos são responsáveis por suas decisões e ações, incluindo a gestão de fundos públicos e todos os aspectos de desempenho, e submetem-se ao escrutínio externo apropriado. É alcançado por todas as partes que têm uma compreensão clara das responsabilidades, e que têm papéis claramente definidos através de uma estrutura robusta. Na verdade, é a obrigação de responder por uma responsabilidade conferida.

Quadro 1 Princípios de governança no contexto do setor público segundo o IFAC.

Fonte Slomsky (2008).

Depois do estudo desenvolvido pela IFAC, surgiu, em 2003, uma publicação desenvolvida pelo Australian National Audit Office (ANAO), responsável pela ratificação dos princípios do IFAC, assim como pelo acréscimo de outros (Quadro 2).

Princípios	Definição
Liderança	Clara identificação e articulação da responsabilidade, assim como a compreensão real e a apreciação das várias relações entre os stakeholders da organização e os responsáveis pela gestão dos recursos e obtenção dos resultados desejados (<i>outcomes</i>), demonstrando o quanto é fundamental o estabelecimento de prioridades governamentais de modo claro.
Compromisso	Mais do que pôr as estruturas para funcionar, pugnar pela obtenção de bons resultados não é um fim em si mesmo. Para serem implantadas, as melhores práticas requerem um compromisso de todos os participantes, além de exigirem uma boa orientação das pessoas, o que envolve a melhoria de comunicação; a abordagem sistemática da gestão da organização; a ênfase nos valores da entidade e da conduta ética; a gestão dos riscos; o relacionamento com os cidadãos e com os clientes; e, por fim, a prestação de serviço de qualidade.
Integração	Não se trata de simplesmente definir os vários elementos de uma efetiva governança corporativa, mas de garantir que eles estejam holisticamente integrados dentro de uma abordagem da organização, bem como compreendidos e aplicados pelos funcionários dentro de suas respectivas unidades.

Quadro 2 Conceitos do ANAO acrescido ao IFAC

Fonte Elaborado pelos autores a partir de Australian National Audit Office (2003).

Além dessas perspectivas apresentadas, há a visão do Banco Mundial sobre os princípios da Governança (Quadro 3).

Princípios	Definição
Legitimidade	Amplia a incidência do controle além da aplicação isolada do critério da legalidade. Não basta verificar se a lei foi cumprida, pois, o que mais interessa é saber se o interesse público e o bem comum foram alcançados, afinal, nem sempre o que é legal é legítimo (BRASIL, 2012).
Equidade	Visa garantir o equilíbrio das condições para que todos tenham acesso ao exercício de seus direitos civis, tais como liberdade de expressão, acesso à informação, associação, voto, igualdade de gênero, direitos políticos e sociais, como saúde, educação, moradia e segurança (BRASIL, 2010).
Eficiência	Fazer o que é preciso ser feito com qualidade adequada ao menor custo possível. Não se trata de simples redução de custos operacionais, mas de buscar a melhor relação entre a qualidade do serviço e a qualidade do gasto (BRASIL, 2010).
Probidade	Trata-se do dever dos servidores públicos demonstrar probidade, zelo, economia e observância às regras e aos procedimentos do órgão ao utilizar, arrecadar, gerenciar e administrar bens e valores públicos. Enfim, refere-se à obrigação que os servidores públicos têm de demonstrar confiança (IFAC, 2001).
Accountability	As normas de auditoria da International Organization of Supreme Audit Institutions (Intosai) conceituam <i>accountability</i> como a obrigação que as pessoas ou as entidades em que se tenham confiado recursos, como as empresas e as organizações públicas, têm de assumir as responsabilidades de ordem fiscal, gerencial e programática que lhes foram conferidas, além de informar sobre a regularidade a quem lhes delegou essas responsabilidades (BRASIL, 2010). Os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação de forma voluntária, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões (IBGC, 2009).
Responsabilidade	Respeito ao zelo que os agentes de governança devem ter pela sustentabilidade das organizações, visando sua longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição de negócios e operações (IBGC, 2010).
Transparência	Possibilidade de acesso a todas as informações relativas à organização pública, requisito indispensável de controle do Estado pela sociedade civil. A adequada transparência resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações de órgãos e entidades com terceiros (BRASIL, 2014).

Quadro 3 Princípios do Banco Mundial sobre governança

Fonte :Quadro adaptado segundo dados do Banco Mundial.

Atualmente, os cidadãos exigem das organizações do setor público o uso apropriado dos recursos financeiros, com a devida apresentação de resultados, elaboração e publicação de relatórios de desempenho, transparência na gestão e responsabilização pelos atos praticados pelos gestores. A governança na gestão pública visa garantir que os objetivos traçados sejam atingidos por meio de um ciclo bem projetado da administração, controle, supervisão e processo de prestação de contas. Governança pública também abrange desenvolver com eficiência e responsabilidade a gestão das políticas públicas e a promoção de incentivos que possibilitem a participação dos cidadãos no planejamento e controle dessas políticas (MELLO; SLOMSKI, 2010).

Segundo a compilação do IFAC (2013), os benefícios de uma boa governança

no setor público geram impactos tanto de forma interna (nas entidades públicas) quanto externa (na sociedade) (Quadro 4).

Governança para entidades públicas	Governança para a sociedade
<p>Garantir aos cidadãos a entrega de benefícios econômicos, sociais e ambientais.</p> <p>Garantir aos cidadãos que a organização seja, e aparente ser, responsável.</p> <p>Ter clareza sobre quais são os produtos e serviços efetivamente prestados aos cidadãos e usuários, bem como manter o foco nesse propósito.</p> <p>Ser transparente, mantendo a sociedade informada sobre as decisões e dos riscos envolvidos.</p> <p>Ter e utilizar informações de qualidade e mecanismos robustos de apoio às tomadas de decisões.</p> <p>Dialogar e prestar contas à sociedade.</p> <p>Garantiria aos cidadãos a qualidade e a efetividade dos serviços prestados.</p> <p>Promover o desenvolvimento contínuo da liderança e dos colaboradores.</p> <p>Definir claramente processos, papéis, responsabilidades e limites de poder e autoridade.</p> <p>Institucionalizar estruturas adequadas de governança.</p> <p>Selecionar a liderança tendo por base aspectos como conhecimento, habilidades e atitudes (competências individuais).</p> <p>Avaliar o desempenho e a conformidade da organização e da liderança, mantendo um balanceamento adequado entre eles.</p> <p>Garantir a existência de um sistema efetivo de gestão de riscos.</p> <p>Utilizar controles internos para manter os riscos em níveis adequados e aceitáveis.</p> <p>Controlar as finanças de forma atenta, robusta e responsável, bem como prover aos cidadãos dados e informações de qualidade (confiáveis, tempestivas, relevantes e compreensíveis).</p>	<p>Melhor atender aos interesses da sociedade e garantir o comportamento ético, íntegro, responsável, comprometido e transparente da liderança.</p> <p>Controlar a corrupção.</p> <p>Implementar códigos de conduta e de valores éticos.</p> <p>Observar e garantir a aderência das organizações às regulamentações, códigos, normas e padrões.</p> <p>Garantir a transparência e a efetividade das comunicações. Balancear interesses e envolver efetivamente os <i>stakeholders</i> (cidadãos, usuários de serviços, acionistas e a iniciativa privada).</p>

Quadro 4 Os impactos da governança para o setor público e a sociedade.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Brasil (2010, 2011, 2012, 2014), IFAC (2001), IBGC (2009, 2010).

A prática da governança empodera a sociedade a atuar junto ao Estado no sentido de construir consensos que tornem possível a formulação de políticas públicas capazes

de atender, de maneira equilibrada, aquilo que a sociedade espera do governo. Por meio dessa pressão da sociedade civil, e visando ser capaz de cumprir seu papel, o Estado é obrigado a buscar e a lutar constantemente por sua modernização e eficiência.

2.2 A gestão do patrimônio público

O Código Civil, nos artigos 98 e 99, dispõe que são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno. Por sua vez, todos os demais são particulares, independentemente da pessoa a que pertencem. A Lei da Ação Popular (Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965) define, no artigo 1º, parágrafo 1º, que patrimônio público se trata dos “bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico” (BRASIL, 1965).

Logo, o patrimônio público é composto por bens, direitos e valores que estão sob o poder do governo, pertencendo, portanto, a todos os cidadãos da nação (União, estados e municípios), motivo pelo qual ele deve ser administrado da melhor forma, respeitando os princípios da administração pública, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Conforme o rol de conceituação de patrimônio, ele é o objeto administrado que serve para propiciar, às entidades, a obtenção de seus fins. Para que um patrimônio seja considerado como tal, ele deve atender a dois requisitos: 1) o elemento ser componente de um conjunto que possua conteúdo econômico e avaliável em moeda; e 2) exista interdependência dos elementos componentes do patrimônio e vinculação do conjunto a uma entidade que vise a alcançar determinados fins (DIAS, 2006). Reassegurando, o patrimônio público é formado por bens de toda natureza e espécie que tenham interesse para a administração pública e para a comunidade administrada (TORRES; SILVA, 2003).

Outra definição interessante para sobre o patrimônio público diz que ele “compreende o conjunto de bens, direitos e obrigações, avaliadas em moeda corrente, das entidades que compõem as administrações públicas” (KOHAMA, 2009, p. 173). Ademais, o

Patrimônio Público é o conjunto de bens, dinheiro, valores e direitos pertencentes aos entes públicos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), através da administração direta ou indireta e fundacional, cuja a conservação seja de interesse público e difuso, estando não só os administradores, como também os administrados, vinculados à sua proteção e defesa. Tais elementos, mesmo sob a posse de particular, nunca perderão a qualidade de domínio público dada sua origem: a coisa pública” (MARTINS apud MUKAI, 2000, p. 17).

Uma concepção mais ampla é dada pelas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2012, p. 13):

Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefício, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços

públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Destaca-se as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), em particular a NBC-T-16.2, que estabelece a definição de patrimônio público e a classificação dos elementos sob o aspecto contábil, além de apresentar o conceito de sistemas e de subsistemas de informações contábeis para as entidades públicas.

NBC T 16.1	Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação
NBC T 16.2	Patrimônio e Sistemas Contábeis
NBC T 16.3	Planejamento e Seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil
NBC T 16.4	Transações no Setor Público
NBC T 16.5	Registro Contábil
NBC T 16.6	Demonstrações Contábeis
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.8	Controle Interno
NBC T 16.9	Depreciação, Amortização e Exaustão
NBC T 16.10	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Quadro 5 Normas Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Fonte: Adaptado de Feijó (2013, pág.57)

Conforme a definição do CFC (2012, p. 5) sobre o patrimônio público, nota-se a seguinte definição: “O conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações”.

2.3 A gestão patrimonial no estado do Pará

O governo do Pará, visando atender às novas exigências pertinentes ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no ano de 2012, iniciou o processo de transição contábil aos novos padrões que, de acordo com a Secretaria de Tesouro Nacional aos Estados, diz que a atualização do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), até o ano de 2012 nos estados brasileiros, teve caráter facultativo, tornando-se obrigatório a partir de 2013.

Por meio do decreto nº 345/2012, formou-se no âmbito nacional um grupo de trabalho específico para a adequação e modernização da estrutura organizacional cultural e de informática existente na administração pública estadual, que ficou sob coordenação da Secretaria Especial de Gestão Governamental (GTGOV-PA).

O Estado do Pará faz parte de seletor grupo de Estados brasileiros que se adequaram ao novo plano de contas para o setor público no Brasil. (Entre os demais, estão o Rio Janeiro, São Paulo, Alagoas, Maranhão, Piauí, Rondônia e Tocantins.) No Pará, o SIAFEM, entre 2012 a janeiro de 2013, passou por mudanças operacionais e administrativas para abranger as mudanças na contabilidade do setor público brasileiro, adequando-se gradualmente às normas nacionais.

As principais mudanças no nível gerencial foram:

- Parametrização dos balanços
- Consolidação dos balanços
- Novos balanços sintéticos
- Processo para trazer saldos do exercício anterior
- Balanços impressos (anexos 12-15)
- Anexos novos (18-19) e demonstrativo do superávit/déficit financeiro
- Adequação dos demais Balancetes, Demonstrativos e Anexos da Lei nº 4.320/1964

Atualmente, todas as rotinas inerentes ao setor patrimonial são informatizadas e registrada seja por meio dos seguintes sistemas:

- Simas (Sistema de Material e Serviço)
- Sispat-Web e Sispat Imóveis

Com as mudanças na legislação contábil, o governo do Pará implantou medidas de adequação às novas normas, que, aos poucos, são implantadas nos órgãos estaduais.

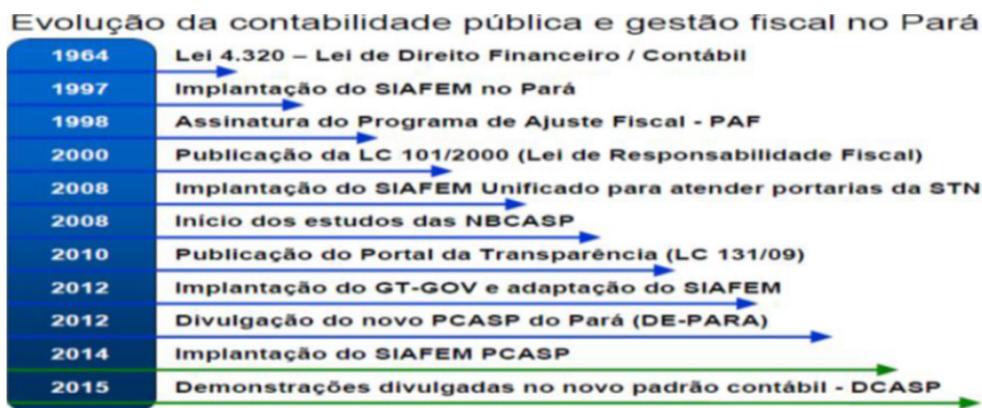


Figura 1 A evolução da contabilidade no estado do Pará

Fonte SEFA-PRODEPA (2016).

3 | A GOVERNANÇA E O PATRIMÔNIO PÚBLICO NO ESTADO DO PARÁ

Fundada em 2007, a atual Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas foi criada para ser a responsável pelo fomento de pesquisa em ciência, tecnologia e inovação dentro do estado do Pará. Em 2009, a Fundação regulamentou seu regimento interno por meio do Decreto nº 1.656, de 12 de maio de 2009, e, em 25 de fevereiro de 2010, teve seu Estatuto aprovado por meio do Decreto nº 2.133.

Em 2011, com a mudança da gestão governamental, a instituição passou por várias reformulações, dentre elas, a inserção dos termos “Amazônia Paraense” no nome. Essa modificação teve objetivo projetar o Pará como parte importante da região mais bem evidenciada do mundo, visto que o estado é a segunda maior unidade federativa dentro da região amazônica, bem como do Brasil, portanto, possuidora de boa parte do bioma mais valioso do planeta.

Em 9 de maio de 2012, o governador Simão Robson de Oliveira Jatene promulgou a Lei Complementar nº 82, que alterou a denominação e dispositivos da Lei Complementar nº 61, que instituiu a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará (Fapespa), que passou a denominar-se Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa, com o propósito de projetá-la ao cenário internacional e atender aos princípios da nova estrutura.

Na última reforma administrativa do governo do estado, ocorreu a promulgação da Lei Complementar nº 98, de 1º de janeiro de 2015, que reestruturou a Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa, incorporando nela o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (Idesp), tornando-se a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, fortalecendo-a como instituição de amparo e fomento à pesquisa e a estabelecendo como órgão estratégico na elaboração e monitoramento de políticas públicas para o desenvolvimento efetivo do Pará.

Atualmente, a Fapespa tem sete diretorias. Duas consideradas de área meio (Administrativa e Planejamento, Orçamento e Finanças); duas na área de fomento e amparo à pesquisa (Operações Técnicas e Científica); e três na área de pesquisa (Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural, de Pesquisa de Estudos Ambientais e de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação).

A gestão patrimonial na Fapespa tem duas linhas de frentes:

- Interna (as demandas de bens do próprio órgão e seus servidores)
- Apoio aos projetos apoiados pelo órgão (universidades e demais parceiros)

Quanto ao fluxo administrativo envolvido nesse processo, duas coordenações são responsáveis pela compra e levantamentos das necessidades da demanda de compra de bens: a Coordenadoria de Compras (Comser) e/ou a Comissão Permanente de Licitação (CPL), repassando ao setor de patrimônio a realização dos cadastrados dos bens no sistema e outras providências necessárias.

De acordo com o regimento interno da Fundação, a coordenadoria de material, almoxarifado e patrimônio (Comap) é subordinada à diretoria administrativa (Dirad), e tem as seguintes funções:

- Planejar e propor política de recursos materiais
- Planejar, executar e controlar as atividades pertinentes ao patrimônio da Fapespa
- Programar, executar e controlar o recebimento, a guarda e a distribuição do material adquirido pela Fapespa.
- Controlar e certificar o recebimento de material de consumo da Fundação.
- Definir o estoque mínimo e a baixa de material inservível.
- Propor a política patrimonial da Fapespa
- Inventariar, anualmente, os bens móveis e imóveis da Fapespa orientando a elaboração dos inventários setoriais.
- Inventariar os bens relativos aos projetos fomentados pela Fapespa, quando adquiridos pela mesma ou por pesquisadores, por meio de ICAAF
- Orientar as diversas unidades da Fapespa, quanto ao uso adequado dos bens patrimoniais
- Promover a regularização do patrimônio da Fapespa junto aos órgãos competentes e exercer outras atividades que assegurem o desempenho eficaz da Coordenadoria.

Os procedimentos de gestão patrimonial tem dois sistemas informatizados que otimizam essa função: Sispat-web e Sispat Imóveis. Cada uma tem seu próprio manual de operacionalização do sistema e treinamento específico para gerir os sistemas. O Sispat-web realiza apenas a gestão dos bens permanentes. Por sua vez, Sispat Imóveis realiza apenas a gestão dos imóveis em nome do órgão gestor.

A integração entre os sistemas de compras, o Simas (Sistema de Material e Serviço), Siafem (Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios) e Sispat-web (Sistema de Patrimônio) ajudou a alimentar a base de dados do sistema patrimonial de forma automática, evitando dessa forma a perda de informações das compras necessárias para o acompanhamento e supervisão do setor de patrimônio pelo Sispat (móveis e imóveis), que segue as recomendações e as aplicações da NBCASP (Normas Brasileira de Contabilidade Aplicada Ao Setor Público).

Essa mudança foi vital para atender à exigência de uma base de dados atualizada, de modo que seja possível a constatação da uniformização dos saldos físico e contábil do acervo do Pará, além de garantir a integração e o alinhamento de informações entre os setores de patrimônio e finanças.

Devido a integração dos sistemas envolvidos no caso de bens permanentes, o

que é lançado no Simas (Sistema de Material e Serviço) vai para o Sispat-web, o que permite ao setor de patrimônio receber os bens adquiridos e cadastrá-los conforme suas especificações técnicas. Após o cadastro dos bens no sistema, o setor de patrimônio acompanha, distribui e emite termo de responsabilidade, quando faz o emplaquetamento dos bens conforme diretrizes do Sispat-web, em que cada gestor das unidades setoriais são responsáveis pelos bens transferidos.

Segundo Barbosa (2013, p. 24), as etapas que devem ser obedecidas no setor de patrimônio são:

1. Recebimento: acompanhamento; emissão de termo de responsabilidade; registro no sistema informatizado; e emplaquetamento
2. Transferência interna: a emissão ou acompanhamento de termo de transferência e a troca de responsabilidade no sistema informatizado
3. Baixa de bem: o acompanhamento do estado do bem, assim como realizar o termo de baixa do bem no sistema informatizado do patrimônio
4. Inventário: uma comissão instituída pelo órgão que acompanhará o levantamento dos bens pertencentes ao órgão e realizará os ajustes necessários no sistema informatizado, visando sanar as inconsistências detectadas pela comissão

O responsável por efetuar o cadastro dos agentes autorizados (conforme o organograma da Fundação) a utilizar o sistema de patrimônio é a chefia do setor patrimonial, que encaminhará à Sead os dados dos agentes para incluir no sistema e permitir o acesso ao programa. Essa etapa é importante porque apenas depois do recebimento do bem pelo agente responsável é que o sistema começa a calcular a depreciação dele.

Após o cadastramento dos agentes responsáveis, a etapa seguinte é a dos recebimentos dos bens efetuados pelo setor, que receberá o bem de modo permanente. Depois, o sistema emitirá o termo de responsabilidade, documento que atribui ao agente recebedor do bem o poder de tutela sob ele, devendo ser assinado e arquivado no setor de patrimônio. No caso do órgão em estudo, vale ressaltar que os bens são distribuídos conforme as coordenações, diretorias e outros parceiros, como universidades, que, depois, constarão no inventário.

Outra fase, mais importante para o controle patrimonial é a fase de tombamento dos bens, ou seja, a geração do número de tombamento, que de acordo com o manual de gestão de patrimônio imobiliário do Pará (2008, p. 64), consiste no “número de registro patrimonial”, que “deverá conter até 11 (onze) dígitos e será impresso em uma etiqueta de identificação (e esta afixada por meio de rebites ou colada, ou ainda gravado mecanicamente quando a sua constituição física assim permitir”.

Quando os bens comprados são para atender a necessidade de apoio a projetos das universidades que trabalham em parceria com o órgão, depois do processo de compra, o setor de patrimônio receberá o bem permanente no sistema, com sua devida descrição

física e, por último, emitirá, de acordo com o regimento interno do órgão e do manual de bens mobiliário, o termo de cessão, com validade de um ano. Depois desse período, poderá ocorrer a doação dos bens para a instituição parceira, repassando, dessa forma, a posse definitiva dos bens de acordo com a análise jurídica de cada caso.

Caso ocorra a baixa de bens permanentes do órgão, o setor de patrimônio poderá emitir três tipos de baixa: baixa por inservibilidade; baixa por acidente, extrativo, acidente ou sinistro; e a baixa por transferência. Ao ser feita a baixa por inservibilidade, o Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, classifica a situação dos bens conforme da seguinte maneira:

- Bem ocioso: quando não for devidamente aproveitado, embora esteja em perfeitas condições de uso
- Bem recuperável: quando sua recuperação for possível e o orçamento estiver no âmbito de cinquenta por cento do valor de mercado
- Bem antieconômico: quando sua manutenção for onerosa ou seu rendimento precário em razão do uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência
- Bem irre recuperável – quando não puder mais ser utilizado ao fim a que se destina devido à perda de sua característica ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação

Para legitimar a situação de baixa dos bens permanentes do órgão, é preciso que sejam emitidos os termos de baixa dos bens do inventário do órgão. Para isso existe, no sistema, uma comissão composta por três servidores, instituída pelo diretor-presidente por meio de portaria específica, coincidindo sua validade ao mandato do diretor-presidente, sendo, pelo menos, um dos servidores da unidade de patrimônio. Assim, cabe a esses servidores a obrigação de certificar sobre a condição do bem e assinar os termos de baixa emitido pelo sistema, que deve apresentar as seguintes informações: número de RP; descrição do bem; situação do bem; e a recomendação, que poderá ser transferência, doação, leilão, reciclagem ou incineração.

Ademais, analisando o gerenciamento do sistema, afere-se que ele permite a elaboração de alguns relatórios que podem ser emitidos:

1. Inventário Anual de Bens Móveis
2. Relatório Físico e Financeiro de Bens Móveis
3. Termo de Responsabilidade de Bens Móveis
4. Relatório de Bens para Conferência
5. Relatório de Bens Baixados
6. Relatório de Bens Incorporados
7. Relatório de Bens Por Convênio
8. Relatório de Bens Cedidos
9. Relatório Demonstrativo Contábil Mensal
10. Relatório Bens Cadastrados período
11. Relatório de Bens Por Tipo de Origem
12. Relatório de Termos de Movimentação pendentes de recebimento

Quadro 6 Os relatórios do Sispat Móveis.

Fonte :Manual de gestão do patrimônio mobiliário do estado do Pará. Belém: SEAD, 2008 (SEAD).

Sobre a gestão do almoxarifado, ele é gerido por meio do Simas, desenvolvido pelo Prodepa e que funciona na rede interna de cada órgão implantado. No Pará, esse sistema, que capta, organiza e disponibiliza os dados e informações sobre os processos de compras e contratações realizados pelos integrantes do sistema, identificando, por meio de relatórios gerenciais pré-definidos ou personalizados, o volume das compras e contratações promovidas, que podem ser visibilizadas sob diferentes camadas ou cortes.

O Simas também está estruturado como o sistema responsável pelo gerenciamento e controle de estoque de material no âmbito do Poder Executivo estadual, uma vez que consiste no sistema corporativo que registra o recebimento de todo material adquirido pelos órgãos e entidades, sendo o canal competente pelo qual esse acervo de material é distribuído entre os centros de custos ou entre as instituições que integram o sistema.

A utilização regular do Simas pelos usuários vinculados aos órgãos e entidades integrantes do sistema possibilita uma série de vantagens: o melhor planejamento das atividades de compras e contratações promovidas pelas organizações; o controle eficiente de estoque e seus saldos; um amplo conhecimento dos fluxos dos materiais, com a identificação das unidades mais consumidoras e dos itens do estoque que apresentam maior ou menor saída; o controle das validades dos lotes sujeitos a prazos de validades e outros instrumentos de gestão. A Secretaria de Estado de Administração, por meio da Diretoria de Gestão Logística, representa a unidade responsável pelo gerenciamento global do sistema, bem como a orientação aos órgãos usuários, tanto nos procedimentos a serem adotados quanto na melhor utilização do Simas.

No entanto, a responsabilidade legal da gestão do Simas recai na chefia do setor de patrimônio do órgão porque, caso seja detectada inconsistência na gestão, a consequência

disso será relatada como problemas no fluxo das compras e contratações dos órgãos e entidades. Por conseguinte, o bloqueio do PRD (Pedido de Realização de Despesa, que consiste na rotina que inicia o processo de inclusão no sistema da despesa a ser realizada, uma espécie de pré-empenho das compras de materiais e contratações de serviços); além de distorções no Banco Referencial de Preços (BRP) do Simas. Para evitar esses contratempos, é necessário que o servidor usuário tenha conhecimentos sobre a rotina de operacionalização do Simas, conforme prescrita pela SEAD (GUIA DE CONSULTA PARA O USUÁRIO SIMAS/VISÃO GERAL DO SISTEMA), e, no caso de dúvidas, entre em contato com ela.

No caso da centralização da operacionalização do sistema, essa rotina é destinada ao Gerente de Material do órgão, pois ele será o responsável pela gestão dos códigos de acesso dos usuários no sistema, bem como a criação e a atribuição dos perfis dos usuários do órgão; a elaboração da tabela de almoxarifado e de centro de custo e dos relatórios de controle e estabelecimento do controle de cotas.

No entanto, as demais tarefas que o sistema exigir poderão ser atendidas pela equipe do setor de patrimônio, que ficará encarregada de atender as requisições feitas on-line pelo Simas, visando verificar, no estoque, os pedidos de materiais feitos pelos usuários do órgão. Somente depois de dar baixa no sistema, o material é entregue ao requisitante.

Vale ressaltar que, ao final do exercício financeiro, é obrigatório que o setor de patrimônio realize o inventário dos bens existentes no seu almoxarifado e o entregue ao setor de contabilidade para os ajustes contábeis necessários no Siafem. Por isso, dentro do Simas, o relatório Batch/On-line é retirado para que a equipe de patrimônio regularize as inconsistências existentes nele e, depois, repasse ao setor de contabilidade, ao controle interno e ao Tribunal de Contas do Pará.

Além da gestão dos bens permanentes, o setor de patrimônio também detém o controle dos bens imobilizados do órgão por meio do Sispat Imóveis, que segue um cronograma de implantação em todo estado.

Por meio da sua implantação, a gestão imobiliária do Pará passou a contar o acesso simples e ágil pela internet, que, além de alcançar a avaliação contábil e a repercussão econômica do acervo, viabiliza a efetiva gestão e controle dos ativos, possibilita a redução de custos com locação e otimização do uso dos imóveis estaduais.

Histórico da Implantação/Capacitação do SISPAT Imóveis na Administração Pública Estadual					
Agosto/2015	Setembro/2015	Outubro/2015	Novembro/2015	Dezembro/2015	Fevereiro/2016
SEAD, SEDAP, SEMAS	SEASTER, SEEL, SEDUC, PGE, SECTET, SEGUP, SETUR, SEFA, SESPA, PC, PM, DEF.PUB, SEPLAN, SEJUDH, SEDEME, SEDOF	SECULT, ADEPARÁ, CASA CIVIL, DETRAN, AGE, CASA MILITAR, SETRAN, ARCON, CBM	CEASA, CPC, CDI, UEPA, EMATER, PRODEPA, EGPA, FCG, FCP, FASEPA, FUNTELPA, FHCGV	HEMOPA, ITERPA, JUCEPA, CREDCIDADÃO, SUSIPE, IOE, IASEP, HOL, FAPESPA	CPH, FSCMP, IDEFLOR-BIO, IGEPREV, SECOM, FPROPAZ
03 órgãos	16 órgãos	09 órgãos	12 órgãos	09 órgãos	06 órgãos
TOTAL DE 55 ÓRGÃOS ESTADUAIS IMPLANTADOS					

Figura 2 Implantação do programa Sispat Imóveis nos órgãos do Pará

Fonte SEAD (2007).

Para a regulamentação quanto aos bens imóveis da administração pública no Pará, existe as seguintes legislações pertinentes (Quadro 7).

<p>Lei nº 8666/93 de 21 de junho de 1993.</p> <p>Lei nº 6.015/73 de 31 de dezembro de 1973.</p> <p>Lei 5.629/90 de 20 de dezembro de 1990.</p> <p>Lei 6.094 de 17 de dezembro de 1997.</p> <p>Lei 6.614/04 de 05 de janeiro de 2004.</p> <p>Decreto nº 0018/03, de fevereiro de 2003.</p> <p>Decreto nº 2.708/06, de 28 de dezembro de 2006.</p>
--

Quadro 7 As leis sobre bens imóveis

Fonte: PARÁ (2007).

A SEAD, por meio da Diretoria de Gestão do Patrimônio do Estado, é, por força legal, a responsável pela gestão técnico-normativa do acervo imobiliário estadual. De acordo com o Decreto nº 2.708, de 28 de dezembro de 2006, que estabeleceu o modelo de gestão para a área, cabe a SEAD, entre outras competências, a formulação de política patrimonial do Estado, abrangendo o estabelecimento de diretrizes para a aquisição, manutenção, cessão e permissão de uso, locações de imóveis e transferência entre órgãos de ativos imobiliários de propriedade do Estado e cada órgão submetido a ele.

Por isso, para que ocorra a troca de informação e a divisão de responsabilidades, a

utilização desse sistema requer a integração de diversos órgãos da administração pública do Pará:

- A SEAD, por intermédio da DGP, fica responsável pela gerência do Sistema e pela orientação aos órgãos usuários dos procedimentos a serem adotados
- A PRODEPA fica responsável pela hospedagem, guarda dos acervos e suporte ao Sispat Imóveis
- Por meio do Formulário de Atualização Cadastral, a SEDOP fica responsável pelo repasse das informações referentes às obras realizadas na construção ou reforma de imóveis que estejam sobre sua supervisão
- A PGE informa a SEAD sobre as desapropriações decretadas pelo Estado, o envio de documentos específicos que constam no processo expropriatório, por exemplo: o laudo de avaliação e documentos jurídicos

Em cada órgão, a SEAD determinará um servidor responsável para acessar e alimentar o programa com as informações dos bens imóveis utilizados por seu órgão. Depois de efetuar o login, o servidor terá as seguintes funcionalidades do programa de acordo com as demandas imobiliárias do seu órgão:

- Imóveis próprios –solicitações:
 - Novo cadastro
 - Nova atualização
- Imóveis de terceiros:
 - Novo cadastro
 - Atualização cadastral
- Consultas:
 - Imóveis próprios
 - Imóveis de terceiros
 - Relatórios

Em virtude do Decreto nº 2.708, de junho de 2016, e conforme consta no artigo 15, a obrigação dos órgãos setoriais são:

I- Comunicar ao Órgão Gestor, no prazo de 5(cinco) dias úteis, a desocupação, bem como a necessidade de avaliação e o interesse na aquisição, cessão, locação, ou doação de imóveis, de acordo com as normas específicas;

II- Informar o Órgão Gestor de quaisquer obras realizadas em imóveis que lhe estejam afetados, envolvendo novas construções e ampliações da estrutura física;

III- fornecer ao Órgão Gestor toda a documentação da obra, tais como planta de situação e locação, planta baixa, laudo de avaliação e registro fotográfico;

IV- Instruir a comunicação ou solicitação com todos os documentos necessários à efetivação do processo em questão, conforme instrução do Órgão Gestor;

V- auxiliar na atualização dos cadastros imobiliários geridos pelo Órgão Gestor, informando-o quanto à destinação dos imóveis afetados, assim como em relação aos contratos que versem sobre imóveis e cessões de uso dos mesmos;

VI- Sempre que necessário, solicitar ao Órgão Gestor quaisquer informações acerca dos procedimentos cabíveis quanto às questões imobiliárias, buscando ampliar a integração e o fluxo de informações entre os órgãos do Sistema para melhor aplicação e desenvolvimento da política imobiliária;

VII - providenciar as regularizações documentais imobiliárias e praticar os atos legais relativos ao registro imobiliário dos imóveis adquiridos ou desapropriados no seu interesse, encaminhando, em seguida o traslado da Escritura e o Registro de Imóveis ao Órgão Gestor; e

VIII - exercer outras atividades correlatas.

No caso de bens imóveis próprios, o órgão é obrigado a colocar as seguintes informações no sistema: descrição do imóvel; situação de ocupação; endereço (logradouro, número de porta, bairro, município); imagem mais recente da fachada principal. Por outro lado, em caso de imóveis de terceiros, que é o caso do órgão em análise, por não ter bens imóveis em seu nome, deve-se seguir as regras do manual de gestão de bens imóveis (PARÁ. Secretaria de Estado de Administração. Diretoria de Gestão do Patrimônio do Estado. *Manual de procedimentos patrimônio imobiliário do estado do Pará*. Belém: SEAD, 2007.p. 82-89).

Descrição:	SEDE DA SEAD	RPI:	510
Órgão de Vinculação:	Secretaria de Estado de Administração (SEAD)	Data de Incorporação:	16/03/2006
Tipo de Incorporação:	CADASTRAMENTO	Situação de Ocupação:	OCUPACAO INDIVIDUAL
Destino:	Administração Direta	Valor Total (R\$):	4.193.389,59
Tipo de Utilização:	SEDE DE ORGÃO	Situação:	Ativo
Endereço			
Logradouro:	TV. DO CHACO	Complemento:	AV. ALMIRANTE BARROSO E 25 DE
Número:	2350	CEP:	
UF:	PA	Município:	Belém
Localidade:		Bairro:	Marco
Latitude:	1° 26' 35.596" S	Longitude:	48° 27' 48.686" W
Telefones			
Tipo	DDD	Número	Principal
Fixo	91	3194-1012	Sim
Fixo	91	3194-1025	Não
Fixo	91	3194-1022	Não
Ocupantes			
Ocupante	Área Utilizada (m²)		Observação
Secretaria de Estado de Administração	3.687,54		
Escritura			

Figura 3 Cadastro de bens imóveis no Sispat Imóvel

Fonte PARÁ (2007).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o que se afere da pesquisa no órgão: FAPESPA, é que ele tem seguido as novas normas contábeis vigentes para o setor público, conforme a regulamentação nacional de contabilidade e de acordo com as normas internacionais.

Por meio desse estudo, nota-se que o estado do Pará tem realizado sua gestão patrimonial em acordo com a legislação nacional, mesmo com a adaptação lenta e gradual à legislação sobre os sistemas informatizados. No entanto, ao analisar esses sistemas, como o Sispat Móveis e o Sispat Imóveis, nota-se falhas em sua operacionalização, por exemplo:

- A falta do backup do sistema não estar devidamente implantado em todo o estado do Pará
- Ausência de treinamento dos agentes responsáveis do órgão para lidar com o sistema
- Falta de uma política institucional patrimonial instituída e cobrada dos seus servidores públicos

Por isso, constata-se a necessidade de reuniões estratégicas com o SEAD, PRODEPA e setor de patrimônio da Fapespa, bem como com o setor contábil, para o planejamento estratégico de sistemas informatizados que atendam de eficiente a gestão patrimonial.

Embora o Pará tenha se esforçado para realizar a gestão de seu patrimônio em acordo com a legislação nacional, seu processo de governança não é realizado de forma eficiente, uma vez que a interação entre os agentes (SEAD, órgãos setoriais patrimoniais do estado e dirigentes dos órgãos) não conseguem esclarecer qual o papel exato de cada um.

De acordo com este estudo, pode-se apontar as seguintes falhas:

- SEAD: falta de integração dos sistemas com todos os órgãos do estado, uma vez que algumas rotinas informatizadas dependem da visualização dos demais órgãos para seu pleno funcionamento. Também precisa melhorar o uso de sistema em desacordo com a realidade patrimonial de alguns órgãos no estado, como no caso da Fapespa
- Órgãos setoriais de patrimônio do estado: em muitos casos, a gestão patrimonial tem sido trabalhada de forma isolada, sem poder institucionalizado para aplicação de métodos inovadores de controle patrimonial, como a automação das transferências internas e o inventário
- Dirigentes dos órgãos do estado: tomar conhecimento sobre suas responsabilidades na gestão patrimonial e as consequências em caso de descumprimento, respeitando as normas do respectivo setor patrimonial para que seja criada uma política de gestão patrimonial eficiente

O planejamento estratégico poderá ser uma ferramenta eficiente na busca por uma gestão, com conhecimento maior sobre os objetivos e as metas a serem alcançadas pelo setor de patrimônio, assim como auxiliá-lo com o suporte necessário por meio de instruções normativas, disseminação de conhecimento de normas e procedimentos, treinamento de funcionários etc. Por meio disso, o estado do Pará poderá planejar melhor suas compras, evitar o desperdício de material e suprimentos, tornando-se mais eficiente. Além disso, é necessário que o Tribunal de Contas do Estado emita relatórios transparentes aos dirigentes dos órgãos do estado para que sejam apuradas/ou corrigidas falhas na gestão patrimonial, contribuindo, dessa forma, ao desenvolvimento dos órgãos do estado. Assim, será possível atender a transparência e a integridade das informações, permitindo a *accountability*, requisitos exigidos pela governança pública.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Thais Coelho Bastos; ALTAFF, Joyce Gonçalves; TROCCELLI, Irene Raguenet. O controle patrimonial na administração pública. *Revista Eletrônica Machado Sobrinho*, Juiz de Fora, MG, v. 13, n. 1, p. 1-9, 2017.

BATISTA, Edmilson. *Governança no setor público: uma análise das práticas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. 2016. 130 f., il. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

BARBOSA, Diogo Duarte. *Manual de controle patrimonial nas entidades públicas*. Brasília, DF: Gestão Pública, 2013.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS. *Regimento interno da Fundação de Amparo à Estudos e Pesquisa*. Belém: Fapespa, 2015.

FEIJÓ, Paulo Henrique et al. *Entendendo as mudanças na contabilidade aplicada ao setor público*. Brasília, DF: Gestão Pública, 2013.

FREITAS, Marco Antônio da Silva. A importância do controle patrimonial no processo de convergência às novas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público – NBCASP. *Revista Paraense de Contabilidade*, Belém, v. 1, n. 01, set/dez, 2016.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas 2008.

MARCELLI, Selma. *Governança no setor público: diagnóstico das práticas de gestão da Polícia Federal à luz do estudo 13 do PSC/IFAC*. 2013. 106 f. Dissertação (Mestrado Executivo em Gestão Empresarial) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.

PARÁ. Secretaria de Estado de Administração. Diretoria de Gestão do Patrimônio do Estado. *Manual de procedimentos patrimônio imobiliário do estado do Pará*. Belém: SEAD, 2007.

PARÁ. Secretaria de Estado de Administração. Diretoria de Gestão do Patrimônio do Estado. *Manual de gestão do patrimônio mobiliário do estado do Pará*. Belém: SEAD, 2008.

PARÁ. Decreto nº 345, 3 de fevereiro de 2012. Institui o Grupo de Trabalho de Integração da Gestão Governamental – GTGOV/PA no âmbito do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Imprensa Oficial do Estado [do Pará], Belém, 2013. Disponível em: www.ioepa.com.br. Acesso em: 2 fev. 2018.

PARÁ. Secretaria de Fazenda do Estado do Pará. Apresentação SIAFEM. [S. l.: s. n.], [ca. 2010]. Disponível em: http://www.sefa.pa.gov.br/arquivos/contabilidade/NBCASP/Apresentacao_SIAFEM_PCASP.pdf. Acesso em: 10 fev.2018.

PARÁ. Secretária de Administração do Estado do Pará. SISPAT IMÓVEIS - A Ferramenta de Gestão dos Imóveis Estaduais. [S. l.: sn.], [ca. 2010]. Disponível em: http://www.sead.pa.gov.br/sites/default/files/sispat_imoveis__a_ferramenta_de_gestao_dos_imoveis_estaduais_0.pdf. Acesso em: 3 mar. 2018.

TESOURO NACIONAL (BRASIL). Nova contabilidade e gestão fiscal modernização da gestão pública. [S. l.: s. n.], [ca. 2010]. Disponível em: http://tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/329483/PGE_CARTILHA_NovaContabilidade_GestaoFiscal.pdf. Acesso em: 10 jan.2018.

TESOURO NACIONAL (BRASIL). Portaria nº 437, de 12 de julho de 2012. Brasília, DF: [s. n.], 2012. Disponível em:www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/367031/CPU_MCASP_Parte_Geral.pdf. Acesso em: 2 fev.2018.

BRASIL.Lei 4.320 de 17 de Março de 1964.Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.Brasília, 4 de maio de 1964; 1432 da Independência e 76º da República.

Secretaria Adjunta De Gestão Administrativa. Disponível em: <http://www.compraspara.pa.gov.br/sites/default/files/GUIA%20DE%20CONSULTA%20PARA%20O%20USU%C3%81RIO%20SIMAS.pdf>. Acesso em: 2 fev.2019.

Tesouro Nacional. *Manual de contabilidade aplicada ao setor público* (MCASP) 9ª Edição. Disponível em:https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:41943. Acesso em: 3 fev. 2019.

Resolução CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 1.128/08. *Normas aplicadas ao setor público* (NBCASP); Disponível em: <https://internet.sefaz.es.gov.br/contas/contabilidade/orientacaoContabil/arquivos/normasbrasileirasdecontabilidadeaplicadasaosetorpublicoealteracoes.pdf>. Acesso em: 05/fev. de 2019.

CFC (Conselho Federal de Contabilidade). Normas Internacionais De Contabilidade Ao Setor Público. Edição 2010. Disponível em : https://www.cnm.org.br/contadores/img/pdf/normas_internacionais_de_contabilidade/NormasInternacionaisdeContabilidadeparaoSetorPublico.pdf. Acesso em: 3 de Março 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração pública 18, 25, 26, 34, 35, 38, 65, 67, 77, 84, 85, 86, 87, 92, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 258, 259

Agilidade 66, 82, 201, 202

Agroindústrias 146, 148, 150, 151, 156

Ambientes restauradores 231, 233, 237, 239, 240

Áreas verdes 231, 233, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 242

Aspectos locacionais 130, 137

Assistentes sociais 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17

B

Biofilia 231, 233, 235, 236, 240, 241

C

Capitalismo 14, 58, 59, 60, 61, 63, 93, 96, 97, 98, 249, 272

Cibernéticos 201, 202, 203, 204

Corumbau 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230

Criatividade 55, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 204

D

Defraudar 176, 177, 184, 185, 186, 187, 188

Desarticulação psicossocial 93

Design industrial 191

Desigualdade 13, 14, 130, 257, 263, 273

Digitais 201, 202

Dilemas éticos 87, 88, 91

Direito penal 40, 41, 47, 50

E

Economia 10, 23, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 130, 133, 142, 143, 144, 150, 237, 246, 250, 252, 256, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 271

Economia urbana 260, 271

Entretenimento 201

Estado 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 46, 47, 48, 49, 53, 57, 62, 64, 65, 67, 75, 76, 82, 83, 84, 86, 88, 89, 92,

93, 130, 132, 134, 137, 139, 148, 149, 156, 157, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 195, 196, 205, 216, 223, 224, 229, 237, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 262, 266, 267, 269

Estresse ambiental 231, 233, 234, 235, 240, 241

F

Facilidade 79, 149, 201, 204, 221

Fenomenologia 216, 218, 219, 220, 230

Formação 6, 7, 8, 13, 51, 56, 61, 85, 130, 132, 133, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 144, 151, 158, 159, 163, 164, 191, 194, 195, 196, 197, 259, 260, 262, 263, 264, 273

Fugacidade 201

G

Gestão de compras 64, 74, 75, 76, 77, 82, 83

Gestão patrimonial 18, 19, 20, 26, 28, 29, 37, 38

Gestão pública 18, 21, 23, 38, 39, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 87, 89, 91, 92, 247, 248, 258, 259, 261

Globalização 53, 57, 63, 92, 134, 135

Governança 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 28, 37, 38, 85, 86, 239, 254

H

Habilidade 191, 192, 197, 198, 235

I

Imputar 176, 187

Instrumentos urbanísticos 260

Investimento urbano 260

J

Jean-Paul Sartre 40, 41

L

Liberdade 2, 5, 23, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 201, 202, 203, 204, 219, 238, 250

Licitações 64, 65, 66, 67, 69, 74, 76, 79, 84, 85, 86

M

Materiais 5, 29, 32, 33, 54, 64, 65, 67, 69, 70, 74, 75, 76, 79, 80, 82, 86, 149, 196, 197

Mercado de trabalho 7, 158, 159, 160, 174, 175, 254, 255

Mídias 61, 97, 201, 202

Modernidade 40, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 91, 98

Mulheres espanholas 158, 159, 160, 173, 174

P

Pandemia 75, 78, 82, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 111, 206, 210, 214, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 242, 270

Patrimônio público 18, 19, 20, 25, 26, 28

Pós-modernidade 53, 54, 58, 59, 60, 63

Potencialidades 14, 114, 130, 131, 132, 134, 136, 137, 139, 140, 144, 157

Progresso 54, 55, 59, 62, 149, 195, 216, 217, 218, 220, 227, 229

Propostas reformistas 243, 244, 245, 251, 252, 257

R

Região 28, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 146, 147, 149, 156, 157, 216, 217

Regulamentação 34, 37, 250, 260

S

Serviços 8, 12, 14, 21, 24, 25, 26, 33, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 82, 83, 86, 87, 88, 131, 132, 136, 138, 139, 140, 196, 216, 217, 243, 245, 246, 254, 255, 257, 263, 269, 270, 271

Sociedade 12, 17, 21, 23, 24, 25, 42, 46, 47, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 66, 77, 83, 84, 87, 93, 96, 97, 98, 99, 134, 158, 159, 160, 175, 196, 198, 218, 233, 235, 243, 244, 247, 248, 251, 252, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 266, 268, 271, 273

Sustentabilidade 20, 23, 87, 146, 216, 218, 227, 229, 230, 252, 256

T

Tecnologias 76, 79, 146, 149, 152, 166, 196, 204

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 26, 39, 51, 64, 65, 75, 79, 80, 87, 89, 90, 93, 94, 95, 131, 132, 136, 146, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 163, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 202, 226, 231, 236, 240, 244, 246, 249, 250, 254, 255, 258, 259, 261, 264, 266, 268, 273

Turismo 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 229, 230, 270

V

Vida 3, 14, 15, 21, 41, 42, 53, 54, 55, 57, 58, 87, 88, 89, 90, 96, 97, 98, 104, 108, 112, 116, 126, 140, 146, 149, 152, 153, 156, 164, 170, 194, 195, 196, 197, 199, 202, 216, 217, 218, 221, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 233, 234, 235, 237, 238, 240, 242, 244, 252, 253, 254,

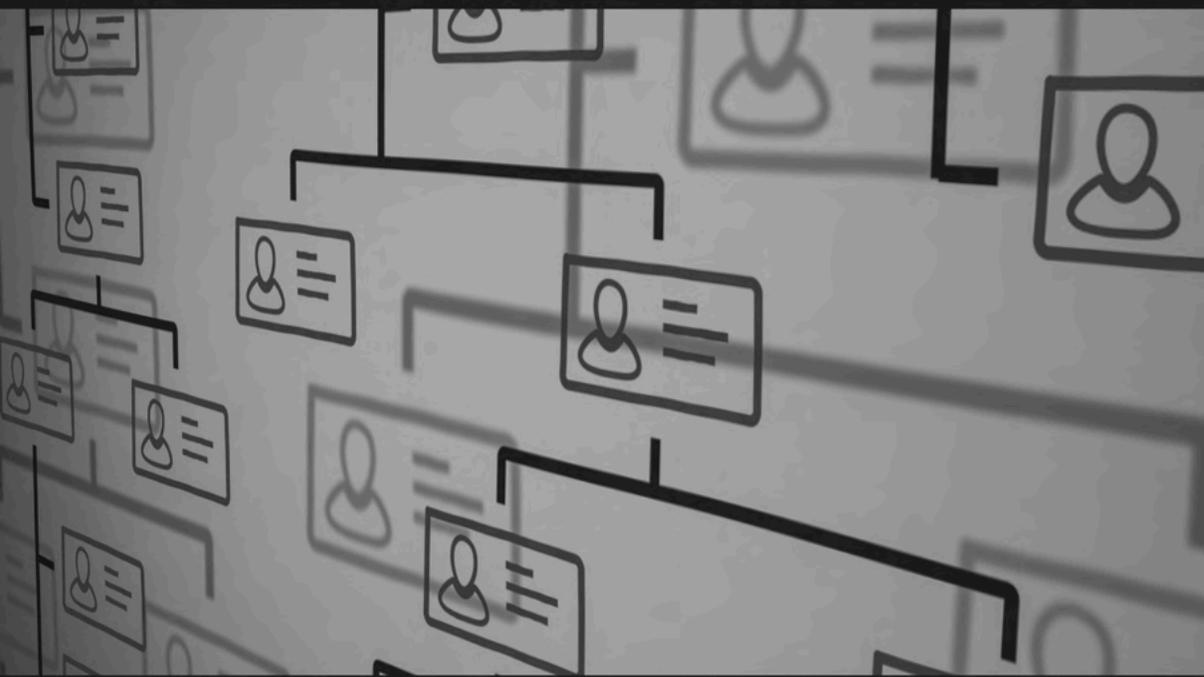
255, 257, 261, 262

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional 2

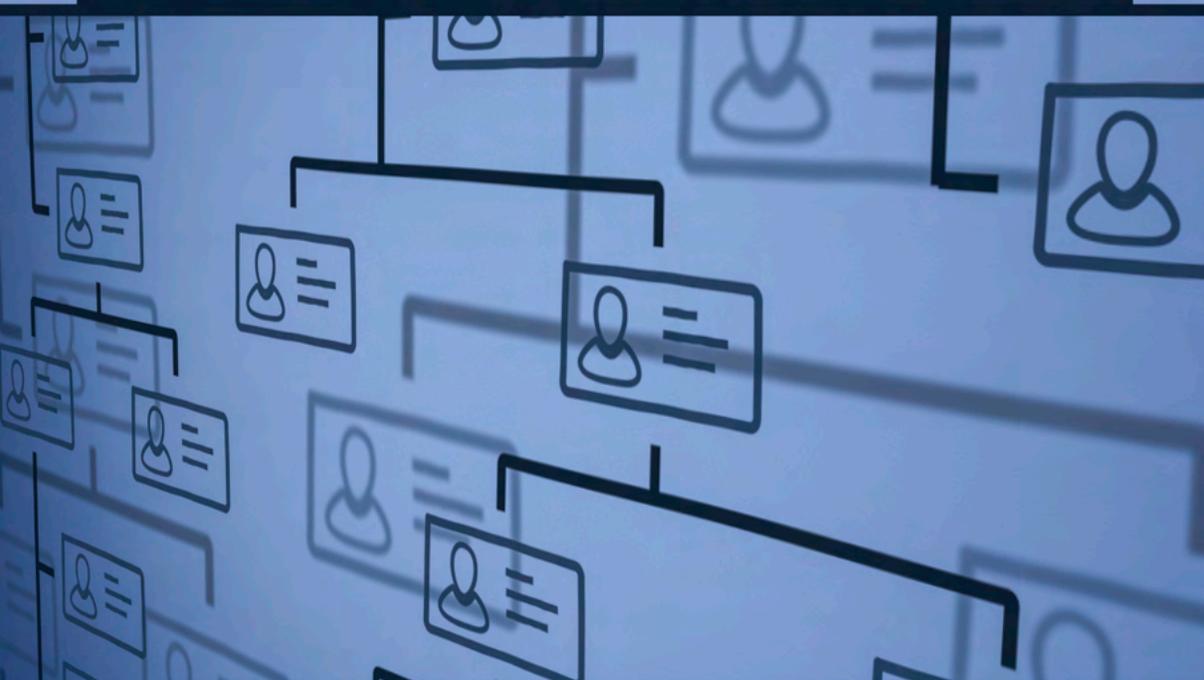

Ano 2022

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional 2


Ano 2022